

A IMPORTÂNCIA DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO COMO INSTRUMENTO INFORMATIVO DA RIQUEZA GERADA E DISTRIBUÍDA PELAS ORGANIZAÇÕES: um estudo de caso

Neusa Rachel Costa de Albuquerque*

Valéria Lobo Archete Boya**

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo evidenciar a importância da Demonstração do Valor Adicionado como instrumento informativo da riqueza gerada e distribuída pelas organizações. Para tanto, foi realizada uma análise compreendendo os dados dos anos de 2007 e 2008 da Demonstração do Valor Adicionado de uma distribuidora de energia elétrica. Os resultados confirmam a importância dessa demonstração como fonte de informação aos usuários que necessitam conhecer qual a contribuição sócio-econômica da empresa.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado, análise, fonte de informação, distribuidora de energia elétrica.

ABSTRACT

The aim of this work is to show the importance of the Statement of Value Added as an informative instrument of the wealth generated and distributed by the companies. It was made an analysis taking the 2007 and 2008 data of the Statement of Value Added of an electric power distributor. The results confirm the importance of this statement as a source of information to the users who need to know the destination of the social economic contribution of the company.

Keywords: Statement of Value Added, analysis, source of information, electric power distributor.

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com questões sociais e econômicas vem ganhando relevância cada vez maior entre as empresas. Isso acarretou uma necessidade de informações de cunho sócio-econômico que a empresa até pouco tempo não dispunha ou não divulgava. A contabilidade, como ciência social, é reagente às necessidades sociais

* Graduanda do Curso de Ciências Contábeis da FASU - MG

** Professora Mestra do Curso de Ciências Contábeis da FASU – MG

(IUDÍCIBUS e MARION, 2002) e para suprir as novas necessidades informacionais evoluiu ao produzir relatórios que expressam a realidade empresarial, fornecendo as informações que os usuários necessitam e que as demonstrações contábeis tradicionais não satisfazem.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) foi um dos resultados dessa evolução. Ela se destaca por suas características peculiares como o fornecimento de informações que demonstram a geração de riqueza da empresa e seus efeitos sobre a sociedade e permitem que a empresa seja visualizada tanto sob o enfoque econômico, pois evidencia o valor gerado e sob o enfoque social uma vez que evidencia a riqueza distribuída. Dessa forma, a DVA atende aos acionistas e aos demais *stakeholders*¹.

Este trabalho tem por objetivo evidenciar a importância da Demonstração do Valor Adicionado como instrumento informativo da riqueza gerada e distribuída pelas organizações. Para atingir o objetivo proposto, será realizada uma análise qualitativa da Demonstração do Valor Adicionado de uma companhia distribuidora de energia elétrica.

O apelo por informações de cunho social e econômico e pela transparência das informações resultou na obrigatoriedade da publicação da DVA por parte das empresas de capital aberto. Ao atingir o objetivo exposto, espera-se contribuir para ressaltar a relevância dessa demonstração e a importância da sua obrigatoriedade. Por outro lado, espera-se que este trabalho possa ser útil como fonte de pesquisa para futuros trabalhos e para os usuários da informação contábil que poderão verificar como a companhia contribui para a riqueza do país e como ela distribui essa riqueza.

2 ANTECEDENTES DA LITERATURA

Nas últimas décadas as organizações vêm sendo incentivadas pela administração pública e seus *stakeholders* a focalizar seus impactos ambientais e sociais, bem como a desenvolver formas adequadas para reduzir seus custos associados e a construção de relatório para a sustentabilidade maior (YAMAGUCHI, MONTIBELLER FILHO, 2009).

Conforme Cunha (2002) a ideia de responsabilidade social surgiu nos Estados Unidos nos anos de 1930. Mas a guerra do Vietnã, na década de 60, associada aos movimentos estudantis deflagrados na França, Inglaterra e na

¹aqueles que têm interesses de natureza diversa no mesmo negócio, tais como entidades governamentais, clientes, fornecedores, órgãos financeiros, sociedade, acionistas empregados, investidores e concorrentes. (SANTOS e HASHIMOTO, 2003).

Alemanha e o aumento dos problemas enfrentados pela sociedade, provocaram as discussões sobre a responsabilidade social das empresas e, ao mesmo tempo, a busca de um instrumento científico para comunicar essas informações à sociedade. Já não bastava que uma organização focasse a qualidade e o preço justo. Ela devia responder se o processo produtivo comprometeu o ar, a fertilidade do solo ou qualidade das águas, bem como a dignidade da comunidade na qual a empresa estava inserida. Além do lucro, a empresa devia atentar para as questões sociais.

A pressão para a inclusão social e preservação ambiental exercida pelas igrejas, fundações, organizações beneficentes, formadores de opinião e outras associações resultou na exigência da publicação de informações econômicas e responsabilidade social por parte da empresa em seus relatórios contábeis.

A legislação sempre esteve atenta às demonstrações contábeis que fornecem informações financeiras, econômicas e patrimoniais das empresas. Com as transformações ocorridas no mundo surgiu o interesse em legitimar aquelas de caráter social e ambiental. Moreira (2002, p.20) afirma que “se antes, pouco importava para a empresa além dos seus lucros e a garantia de sua longevidade, hoje mais importa a participação e contribuição social que essa empresa oferece à comunidade onde se hospeda.”

Para atender às exigências do mercado, as informações passaram a ser divulgadas no Balanço Social com ênfase na responsabilidade social e ecológica, enquanto a Demonstração do Valor Adicionado destaca a demonstração do valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição aos agentes econômicos envolvidos em sua produção. O Balanço Social foi o documento que introduziu tais informações, quando a ênfase tinha sido, até início da década de 70, o capital. O primeiro foi elaborado na França, obrigatório para as empresas que tivessem no mínimo 300 empregados (SOUZA *et al*, 2008).

As empresas, graças à riqueza que geram e acumulam, têm o potencial para mudar e melhorar o ambiente social. Agregam valores ao Estado com o recolhimento de tributos; aos trabalhadores com o pagamento de salários; aos investidores, acionistas e sócios com a distribuição dos lucros; e aos financiadores com o pagamento dos juros; ao ambiente com a manutenção dos elementos essenciais à vida e a si mesma, garantindo a sua continuidade (YAMAGUCHI, MONTIBELLER FILHO, 2009).

Segundo Di Giorgi (2009, p. 2), “A Carta de São Paulo² torna evidente que há uma responsabilidade para com a sociedade e a empresa deve demonstrar que está atenta a este fato.” Conforme o autor, o primeiro tópico da carta declara que:

A empresa possui uma dimensão econômica e social, desempenhando múltiplas funções integradas e indissolúveis; um conjunto de ações destina-se a remunerar adequadamente o capital investido pelos seus sócios; outro conjunto visa a atender as responsabilidades em relação aos funcionários, clientes, fornecedores e a comunidade onde atua; outro, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

A DVA desempenha uma função importante com relação à transparência das informações econômicas e sociais de uma empresa. Conforme Cunha, Ribeiro e Santos (2005), na literatura do século XVIII é possível encontrar referência à esta demonstração relacionada ao tesouro americano. No final da década de 1970, na Europa, tornou-se indispensável a introdução do imposto sobre valor agregado. Seu uso se expandiu pelo Reino Unido por meio da publicação do Informe Corporativo (*Corporate Report*) pelo Comitê de Normas de Contabilidade do Reino Unido e aconselhava a elaboração da DVA para demonstrar “como os benefícios e esforços de uma empresa são divididos entre seus empregados, provedores de capital, Estado e reinvestimentos” (CUNHA, 2009). A DVA foi incluída no *The future of company reports*, juntando-se, então, ao balanço patrimonial e à demonstração de resultados.

A ideia de responsabilidade social das empresas no Brasil é notada desde 1965 através da publicação da “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas” (TORRES, 2002). Porém, somente a partir da década de 90, algumas empresas passaram a divulgar em balanços e relatórios sociais as ações realizadas em prol da comunidade, meio ambiente e funcionários.

Desde a década de 80, o professor Eliseu Martins da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP vem fomentando debates e estudos sobre o cálculo do valor adicionado e a divulgação da DVA o que resultou no aumento do número de divulgações desse relatório de iniciativa voluntária (CUNHA, RIBEIRO, SANTOS, 2005).

O Projeto de Lei 3.741/2000 propôs a alteração da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas) de forma a tornar obrigatória a publicação da Demonstração

² A Carta de São Paulo foi promulgada em 3 de setembro de 1997, em comemoração ao aniversário do sociólogo Herbert de Souza, por ocasião do seminário Balanço Social – Participação x Responsabilidade empresarial.

do Valor Adicionado (DVA). Mas o Projeto de Lei do Senado, nº 54, de 1991, foi o primeiro passo nessa direção, conforme declara De Luca (1991, p. 34).

O início do processo de elaboração e divulgação de informações contábeis voltadas para análise de aspectos sociais da empresa no Brasil. Referido Projeto de Lei, apresentado em 5 de abril de 1991 no Congresso Nacional, institui a obrigatoriedade de elaboração de demonstração do valor adicionado a todas as empresas obrigadas legalmente a efetuar escrituração contábil.

Porém, apenas em 2007, através da Lei 11.638/07, a DVA foi incluída entre as demonstrações cuja publicação é obrigatória. A obrigatoriedade se estende às empresas de capital aberto e àquelas consideradas de grande porte.

Antes da aprovação da Lei 11.638/07, a DVA era apresentada voluntariamente por algumas empresas preocupadas em demonstrar e evidenciar a riqueza gerada e distribuída pela empresa (DALMÁCIO, RANGEL, NOSSA, 2003). Pesquisas relacionadas ao Balanço Social e à Demonstração do Valor Adicionado se tornaram evidentes a partir de 1997 impulsionadas pela ênfase dada ao tema pelo sociólogo Herbert de Souza e o Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (Ibase) (IBASE, 2002).

Neste mesmo ano, segundo Cunha, Ribeiro e Santos (2005), os professores da FEA/USP Ariovaldo dos Santos e L. Nelson de Carvalho, responsáveis pela publicação das 500 Melhores e Maiores – MM – da Revista EXAME, publicaram os artigos “Balanço Social como indicador de excelência” e “DVA, como uma forma de avaliar a criação de riqueza”. No ano seguinte, estes relatórios foram adotados como critério de avaliação de “excelência patrimonial”, sendo desenvolvido pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPESCAFI, um modelo de Demonstração do Valor Adicionado, para que fosse distribuído entre as empresas cadastradas na revista. Este modelo foi adotado como padrão e hoje é largamente utilizado (CUNHA, RIBEIRO, SANTOS, 2005).

A relação entre a variação da riqueza e a remuneração paga aos funcionários foi investigada por Cunha (2002). O estudo, que envolveu 198 empresas entre o período de 1996 e 2000, demonstrou que as maiores criadoras de riqueza não foram as que mais distribuíram valor adicionado e ainda apresentou uma relação negativa entre a geração de riqueza e a sua distribuição aos empregados.

Cosenza (2003) apresentou os aspectos relacionados ao valor adicionado e analisou através dos dados publicados pela Natura Empreendimentos S.A., a importância da DVA, ao facilitar o entendimento da informação sócio-econômica sobre

a companhia e sua relação com o ambiente onde está localizada. A análise dos dados evidenciou a eficácia da DVA para produzir informações que ajudem a compreender melhor o papel dos distintos agentes econômicos na criação de valor para a companhia.

Cunha, Ribeiro e Santos (2004) pesquisaram 416 empresas que compõem o cadastro da FIPECAFI para a publicação anual de Melhores e Maiores da Revista EXAME com o objetivo de determinar o poder de mensuração representado pela DVA no que diz respeito a informações relativas à produção de riqueza pelas empresas e sua distribuição aos agentes econômicos que ajudaram a gerá-la.

Embora a obrigatoriedade da publicação da DVA tenha ocorrido apenas em 2007, as empresas, que compõem o setor elétrico do Brasil, se viram obrigadas, por força da Resolução nº 444 da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL, a destacar esta demonstração. Talvez isso justifique um maior número de estudos (DE LUCA *et al*, 2006; FODRA, 2007; MACHADO *et al*, 2009) abordando o setor elétrico.

Conforme Fodra (2007), até o início do século XX, o Brasil legislava e controlava o setor elétrico explorando os serviços e participando do desenvolvimento econômico e social, uma vez que o país é rico em recursos hídricos. Esta predominância ficou ameaçada a partir do momento em que o Estado perdeu seu poder de investimento optando pela privatização dessas autarquias através de medidas legais e organizacionais, inclusive aplicando a desverticalização como forma de busca de novas estratégias para sobrevivência no atual ambiente competitivo.

Nesse contexto, Fodra (*idem*), propôs a comparação entre os níveis de desempenho econômico e social obtidos pelas empresas públicas e privadas com ênfase no valor adicionado presentes nas demonstrações financeiras e sociais pelas empresas transmissoras, geradoras e distribuidoras de energia hídrica entre 2000 e 2003. Os dados mostraram que as empresas privadas obtiveram melhores resultados financeiros enquanto as públicas apresentaram indicadores sociais mais expressivos.

Almeida *et al* (2008) investigaram a capacidade de produção e distribuição de riqueza entre os *stakeholders* da PETROBRAS. A pesquisa exploratória analisou as demonstrações desta empresa no período de 1998 a 2007. Foi verificado que o *stakeholder* que recebeu o maior percentual da riqueza, 59,39%, foi o governo.

Machado *et al* (2009) verificaram se existem diferenças significativas entre empresas estatais e privadas do setor elétrico brasileiro, relacionadas à distribuição da

riqueza gerada aos empregados, a partir de dados coletados da Demonstração de Valor Adicionado e do Balanço Social, para o período de 2004 a 2007. Os testes indicaram que as empresas estatais gastam mais com funcionários do que as privadas e que a origem dessas diferenças se encontra na quantidade de funcionários, sendo que a partir de 2006, adicionalmente, em função de maiores remunerações

Segundo Sousa e Chagas (2003), a necessidade de elaborar a DVA deve-se ao fato de que a DRE (Demonstração de Resultado do Exercício) pode avaliar apenas a parte da riqueza destinada aos proprietários e qual a parcela da riqueza gerada continua na empresa sob a forma de lucro.

Para Cosenza (2003) os relatórios tradicionais não suprem as demandas informacionais dos novos usuários, os quais se inserem em um ambiente com novos padrões de competitividade e novas necessidades de processos e gestão. Buscando suprir tais necessidades a DVA tem por objetivo evidenciar o papel social da empresa, informando a participação de todos os fatores econômicos que participaram na criação de valor para a empresa, representando um instrumento que complementa a necessidade de informação dos usuários da contabilidade.

3 ASPECTOS CONCEITUAIS

Alguns autores concordam na existência de um conceito econômico e um conceito contábil para o valor adicionado (IUDÍCIBUS, 2007; CUNHA, RIBEIRO e SANTOS, 2005). Sousa e Chagas (2003) explicam que a diferença do conceito contábil para o conceito econômico está na “abordagem e reconhecimento da riqueza”. Sousa e Chagas (2003, p. 3) afirmam:

Isso porque na economia o conceito do valor adicionado é mensurado pelas atividades econômicas de uma nação através do seu Produto Nacional, ou seja, ele é medido em função da produção. Já no conceito contábil o conceito do valor adicionado é tratado dentro de um ambiente mais restrito – a empresa – sendo tratado em função das vendas.

Do mesmo modo, para Santos e Hashimoto (2003), o conceito de Valor Adicionado é usado na macroeconomia e serve para definir e calcular o produto interno nacional. Porém, da mesma forma que se pode calcular o valor adicionado em cada processo de produção do país, pode-se pensar em calcular o valor adicionado da empresa, que é um dos tipos de unidades produtoras cujas transações são consideradas na apuração do Produto Interno Bruto (PIB). Na empresa o valor adicionado é evidenciado pela Demonstração do Valor Adicionado.

De Luca *apud* Cunha, Ribeiro e Santos (2005) conceitua a Demonstração do Valor Adicionado como um “um conjunto de informações de natureza econômica. É um relatório contábil que visa a demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração”.

A DVA se harmoniza com os objetivos da Contabilidade e a Responsabilidade Social uma vez que busca suprir as necessidades informacionais sobre a contribuição sócio-econômica da empresa. Ao evidenciar a participação de cada elemento que compõe o resultado, permite a grupos sociais de interesse na atividade econômica e empresarial como um todo, saber quanto cada empreendimento gera de recursos, e quanto retorna para a sociedade e conforme Moreira (2002, p.20)

aí se consolida a importância da Contabilidade em aferir, registrar e informar, com base em seus Postulados e Princípios Gerais, o que cada negócio contribui ou, melhor dizendo, o que cada negócio agrega de valor para o desenvolvimento das famílias e do Estado.

O Ofício-Circular/CVM/SEP nº 01/00 sugere que as empresas apresentem a DVA conforme o modelo desenvolvido pela FIECAFI. O modelo é apresentado na Figura 1.

DESCRIÇÃO	Mil
1 – RECEITAS	
1.1) Vendas de mercadoria, produtos e serviços	
1.2) Provisão p/devedores duvidosos – Reversão/(Constituição)	
1.3) Não operacionais	
2–INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS, IPI, PIS e Cofins)	
2.1) Matérias-primas consumidas	
2.2) Custos das mercadorias e serviços vendidos	
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	
2.4) Perda/Recuperação de valores ativos	
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	
4 – RETENÇÕES	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	
6.2) Receitas financeiras	
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	
8–DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
8.1) Pessoal e encargos	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	
8.3) Juros e aluguéis	
8.4) Juro s/capital próprio e dividendos	
8.5) Lucros retidos/prejuízo do exercício	

FIGURA 1 Modelo de Demonstração do Valor Adicionado
Fonte: Iudícibus, Martins e Gelbecke (2007, p.501-2)

4 FATORES DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA

Em 1790, Adam Smith (*apud* SANTOS e ALMEIDA, 2001) publicou *A Riqueza das Nações*, obra na qual identificava a Terra, o Capital e o Trabalho como os fatores responsáveis pela geração de riqueza e destacava a importância de se compreender a aplicação destes fatores. Terra, Capital e Trabalho produzem lucros, dividendos e salários e esta combinação resulta no acúmulo conhecido como riqueza (SANTOS, ALMEIDA, 2001).

Atualmente, as tecnologias, a capacidade empresarial e a própria empresa são considerados fatores de produção (CUNHA, 2002). Santos e Almeida (2001) também destacam a inserção de novos fatores de produção tais como a inovação tecnológica, a renovação organizacional e a aprendizagem permanente como fontes geradoras de riqueza.

A Contabilidade organiza seus usuários em dois grupos: usuário interno e usuário externo. O usuário interno é a própria empresa, já que seus integrantes necessitam constantemente de informações a seu respeito. O usuário externo é composto por diversos grupos ou é qualquer indivíduo que necessite de informações sobre a organização. As relações contratuais entre empresa e seus usuários tem como objetivo o lucro e o crescimento e estabelecem uma rede de comunicação com clientes, empregados, financiadores, investidores, governo e a comunidade que, direta ou indiretamente, participam da atividade da empresa. A empresa assume responsabilidade com todos esses grupos sociais e precisa oferecer a cada um deles alguma satisfação (DOLABELA, 1993).

Aos investidores deve prestar a remuneração referente ao capital investido. Da mesma forma, aos empregados deve oferecer salários justos, dignas condições de trabalho, além de possibilidade de realização pessoal. Aos clientes devem ser ofertados produtos de boa qualidade e preços justos e ao país e à sociedade de maneira geral, a empresa deve apresentar melhoria das condições sociais através de empregos, bem como cuidar do meio ambiente realizando o controle do consumo dos recursos naturais e a emissão de poluentes.

As empresas buscam continuamente novas estratégias a fim de desenvolver suas atividades com sucesso em um ambiente cada vez mais complexo e competitivo. Para isso, procuram efetivar os interesses dos acionistas e dos demais *stakeholders*. Estes desejam conhecer os dados tangíveis, quantificáveis e verificáveis sobre a atuação da entidade em todas as áreas (CCN, 2009).

A DVA presta informação econômico-financeira que evidencia a circulação do patrimônio, mostra o valor econômico que foi gerado por uma entidade em determinado período de tempo e fornece informações sobre os benefícios obtidos por cada um de seus fatores de produção: acionistas, trabalhadores, credores e governo.

Aos acionistas que participaram da geração de riqueza da entidade através de aplicação de recursos próprios, cabe a fração de lucro sob a forma de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. A distribuição do valor adicionado na forma de juros e aluguéis consiste na remuneração dos financiadores externos de capital. Segundo Santos e Hashimoto (2003), essa remuneração se refere a financiamentos obtidos pela empresa (remunerados pelos juros) ou pelo uso de ativos tangíveis ou intangíveis (remunerados pelos aluguéis, *royalties*, franquias etc).

Na DVA a remuneração dos trabalhadores é evidenciada através do item 8.1 “Pessoal e Salários”. Conforme De Luca (*apud* SANTOS E HASHIMOTO, 2003) esses itens devem conter como remuneração aos empregados:

(...) além dos salários de empregados, todos os encargos correspondentes, tais como 13º salário, férias, FGTS, INSS, seguro de acidentes de trabalho e outros. Fazem parte deste conjunto também os valores representativos de comissões, gratificações, participações, planos de aposentadoria e pensão e outros benefícios, tais como assistência médica e transporte.

Finalmente, no item 8.2, a Demonstração do Valor Adicionado destaca a parcela da riqueza destinada ao governo. Embora não seja um fator de produção, o governo tem sua participação definida na geração de riqueza para a entidade, já que ampara as atividades produtivas através de investimentos em infra-estrutura, incentivos fiscais e subvenções (COSENZA, 2003). Para Santos e Hashimoto, (2003, p. 157), a parcela distribuída ao governo “pode ser considerada como remuneração pela garantia das condições de infra-estrutura econômica, social e política, as quais são fundamentais para a operação da empresa”.

Kroetz e Cosenza (2004) destacam que para os empregados e sindicatos, a DVA serve de fundamento para negociações salariais, comparações entre entidades do mesmo segmento bem como análises do comportamento de salários ao longo do tempo. Para os governos e instituições, possibilita que sejam realizados estudos comparativos da carga tributária por setores e atividades, estimando quais as categorias que mais contribuem para a formação da receita tributária, resultando em reformulações legais como, por exemplo, a constituição de impostos seletivos e estabelecimento de novos cálculos de tributos por regiões, para os financiadores e

credores, a DVA evidencia o vigor econômico da organização e o seu desenvolvimento.

A DVA Possibilita evidenciar a recompensa dos recursos de terceiros, sob a forma de custo financeiro em retribuição ao fornecimento de capital para aplicação na atividade empresarial. Deste grupo não devem fazer parte os gastos financeiros com comissões e outras despesas bancárias, por serem considerados como despesas intermediárias (COSENZA, 2003). Para a sociedade, a Demonstração do Valor Adicionado evidencia as práticas de responsabilidade social das empresas, divulgando dados significativos sobre os impactos ambientais e sociais considerando-se a atividade desempenhada pelas empresas.

Tendo em vista o objetivo de evidenciar a riqueza criada e sua distribuição aos diversos fatores de produção, a DVA se mostra uma ferramenta de gerenciamento, planejamento e também de controle social (CCN, 2009). Além disso, possibilita que seja identificada a riqueza recebida em transferência, evidenciando a riqueza produzida por outras entidades.

5 METODOLOGIA E COLETA DE DADOS

Este trabalho foi realizado na Energisa Nova Friburgo – Distribuidora de Energia S.A, caracterizando-se, portanto como um estudo de caso.

A Energisa Nova Friburgo é uma empresa de capital aberto e faz parte do Grupo Energisa e foi constituída em 1925 tendo como razão social Eletricidade Julius Arp & Cia, que, em janeiro de 1937, transformou-se na Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo -CENF, empresa incorporada pelo Sistema Cataguazes-Leopoldina (hoje Grupo Energisa) em junho de 1997, dentro da estratégia de expansão do grupo no setor elétrico, até então restrito à Zona da Mata de Minas Gerais. A empresa é subordinada ao órgão regulador ANEEL e tem como atividade a geração, a transmissão e a distribuição de energia elétrica, atendendo 89 mil consumidores no município de Nova Friburgo no estado do Rio de Janeiro.

Os dados foram retirados do *site* da companhia e foram coletados da Demonstração do Valor Adicionado compreendendo os anos de 2007 e 2008. Por ser regulada pela ANEEL, a companhia tem sua DVA publicada desde 2001, atendendo à Resolução 444 de 26 de outubro de 2001.

Para efeito deste estudo, os dados originais divulgados pela Energisa Nova Friburgo foram atualizados para uma mesma base monetária considerando a variação

de inflação medida pelo Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGP-M). Após a correção dos valores, foram realizadas análises vertical e horizontal de todos os valores da DVA.

Baseada no Método de Adição utilizado por Cosenza (2003), a análise realizada neste trabalho compreende a análise dos percentuais de participação de cada fator de produção com relação ao Valor Adicionado Distribuído. A essência desse método é a análise vertical. Quanto aos fatores de produção, estes foram definidos no referencial teórico e são empregados, governos, credores e acionistas. Entretanto cabe ressaltar que para efeito da análise será também considerado como fator de produção a depreciação e amortização.

Conforme Cosenza (2003) há uma discussão se o valor adicionado deveria ou não incluir a depreciação e amortização. A defesa de que a depreciação deve ser tratada como uma distribuição do valor adicionado se baseia na necessidade de a mesma ser reinvestida na atividade operacional para a manutenção e expansão dos ativos. Por outro lado quando considerada como um custo externo, não sendo, portanto não distribuída, o sentido é recuperar por meio da depreciação o investimento adquirido de terceiros e, portanto, não deve fazer parte do valor adicionado. A exemplo de Cosenza (ibidem) este trabalho inclui a depreciação e amortização como parte do valor adicionado gerado pela empresa e adota os conceitos de valor adicionado bruto e líquido.

Além da participação relativa de cada fator de produção, foram utilizados os indicadores propostos por Dalmácio, Rangel e Nossa (2003). Esses indicadores são evidenciados no Quadro 1.

INDICADOR	FÓRMULA	CONCEITO
Grau de retenção do valor adicionado	$GRVA = \frac{LR}{VAT} \times 100$	LR = Lucros Retidos VAT = Valor adicionado total a distribuir Indica qual o percentual de retenção do valor adicionado sob a forma de lucros retidos. Poderá, também, indicar qual o percentual de riqueza gerada será agregada ao capital.
Grau de capacidade de produzir riqueza	$GCPR = \frac{VALPE}{VAT} \times 100$	VALPE = Valor adicionado líquido produzido pela entidade VAT = Valor adicionado total a distribuir Indica a real capacidade da entidade em produzir riqueza.

(Continua)

INDICADOR	FÓRMULA	CONCEITO
Grau de riqueza recebida em transferência	$GRRT = \frac{VART}{VAT} \times 100$	VART = Valor adicionado recebido em transferência VAT = Valor adicionado total a distribuir Indica qual o percentual de riqueza recebida em transferência pela entidade.
Grau de contribuição na formação de riqueza de outras entidades	$GCFROE = \frac{IAT + RT}{RC} \times 100$	IAT = Insumos adquiridos de terceiros Rt = Retenções Rc = Receitas Indica qual o percentual de contribuição de uma entidade na formação de riqueza de outras entidades, ou seja, indicará quanto da riqueza gerada pela entidade está sendo transferida para outras entidades.
Grau de participação dos empregados na riqueza gerada	$GPERG = \frac{VALPPE}{QE} \times 100$	VALPPE = Valor adicionado líquido produzido pela entidade QE = Quantidade de empregados de uma entidade Indica qual a contribuição per capita dos empregados de uma entidade na riqueza gerada.
Grau da contribuição dos ativos na geração de riqueza	$GCAGR = \frac{VAT}{AT} \times 100$	VAT = Valor adicionado total a distribuir AT = Ativo Total Indica qual o percentual de contribuição dos ativos na geração de riqueza de uma entidade.
Grau da contribuição do patrimônio Líquido na geração de riqueza	$GCPLGR = \frac{VAT}{PL} \times 100$	VAT = Valor adicionado total a distribuir AP = Patrimônio Líquido Indica o potencial do capital próprio para geração de riqueza de uma entidade.

Fonte: Adaptado de Dalmácio, Rangel e Nossa (2003)

QUADRO 1 Indicadores para análise da DVA

6 RESULTADOS

As informações contidas na Demonstração do Valor Adicionado, visualizada na Figura 2, foram submetidas à análise para a evidenciação da importância dessa demonstração como instrumento informativo da riqueza gerada e distribuída pelas organizações. A análise inicial aborda os índices sugeridos por Dalmácio, Rangel e Nossa, descritos anteriormente. Os resultados dessa análise constam na Tabela 1.

COMPONENTES		Ano 2008			Ano 2007	
		R\$ MIL	AV %	AH %	R\$ MIL	AV %
	GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO:					
1-	RECEITAS	127.455	100	96,3	132.303	100
1-1	Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	120.261	94,4	99,3	121.133	91,6
1-2	Outras receitas	94	0,1	9,5	991	0,7
1-3	Receitas relativas a construção de ativos próprios	7.159	5,6	77,4	9.247	7,0
1-4	Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)	(60)	(0,0)	(6,4)	932	0,7
2-	(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	59.784	46,9	93,5	63.973	48,4
2-1	Custo da energia vendida	38.298	30,0	99,7	38.414	29,0
2-1	Materiais e serviços de terceiros	18.349	14,4	93,1	19.713	14,9
2-1	Outros custos operacionais	3.137	2,5	53,7	5.845	4,4
3-	VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	67.671	53,1	99,0	68.330	51,6
4-	RETENÇÕES	3.826	3,0	105,5	3.625	2,7
4-1	DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	3.826	3,0	105,5	3.625	2,7
5-	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3 - 4)	63.845	50,1	98,7	64.705	48,9
6-	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.784	2,2	155,1	1.794	1,4
6-1	Amortização de ágio	(1.250)	(1,0)	46,6	(2.679)	(2,0)
6-2	Receitas financeiras	4.033	3,2	90,2	4.474	3,4
7-	VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)	66.629	52,3	100,2	66.499	50,3
8-	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	66.629	52,3	100,2	66.499	50,3
	Pessoal	6.722	5,3	124,0	5.423	4,1
8-1	Remuneração direta	5.292	4,2	125,7	4.212	3,2
8-2	Benefícios	1.112	0,9	118,3	940	0,7
8-3	FGTS	318	0,2	117,2	271	0,2
	Impostos, taxas e contribuições	47.000	36,9	97,5	48.200	36,4
8-4	Federais	10.340	8,1	89,9	11.505	8,7
8-5	Estaduais	30.087	23,6	103,9	28.961	21,9
8-6	Municipais	1	0,0	100,0	1	0,0
8-7	Obrigações Intra-setoriais	6.572	5,2	85,0	7.734	5,8
	Remuneração de capital de terceiros	7.166	5,6	141,5	5.063	3,8
8-8	Juros	6.739	5,3	139,8	4.822	3,6
8-9	Aluguéis	426	0,3	176,9	241	0,2
	Remuneração de capitais próprios	5.741	4,5	(26,5)	7.813	5,9
8-10	Dividendos	3.738	2,9	50,4	7.422	5,6
8-11	Lucros retidos	2.003	1,6	512,4	391	0,3

Fonte: adaptado das Demonstrações Financeiras publicadas no site da empresa

FIGURA 2 Demonstração do Valor Adicionado

TABELA 1 Resultados dos indicadores

INDICADORES	2008	2007
GRVA	3%	0,6%
GCPR	95,8%	97,3%
GRRT	4,2%	2,7%
GCFROE	49,9%	51,1%
GPARG	511	476
GCAGR	62,9%	63,9%
GCPLGR	93,4%	94,5%

Fonte: elaborado pelo autor

Com relação ao Grau de Retenção do Valor Adicionado pode ser constatado que a empresa aumentou a retenção do valor adicionado na forma de lucros retidos. Em 2007 os lucros retidos representaram 0,6% do valor adicionado enquanto que em 2008 esse percentual subiu para 3% indicando a parcela do valor adicionado que foi incorporada ao patrimônio da empresa por meio dos lucros retidos.

A empresa reduziu sua capacidade de produzir riqueza. Em 2007 o Grau de Capacidade de Produzir Riqueza foi de 97,3% e reduziu para 95,8% em 2008. Essa redução é um reflexo do aumento das retenções que tiveram o aumento de 5,5%.

O Grau de Recebimento de Riqueza por Transferência indica o percentual de riqueza total agregada proveniente de terceiros. Em 2008, a riqueza recebida de terceiros representou 4,2% do Valor Adicionado a Distribuir e em 2007 esse valor representou 2,7%. Em 2008 a riqueza gerada por terceiros e recebida em transferência aumentou 55% o que justifica o aumento do GRRT. Em média, no período analisado, apenas 3,45% da Riqueza agregada total da ENERGISA foi recebida por transferência, o que indica que 96,55% da Riqueza agregada foi gerada pela empresa.

Com relação ao Grau de Contribuição na Formação de Riqueza de Outras Entidades, a ENERGISA transferiu nos anos analisados, em média 50,5% de sua riqueza a outras instituições, contribuindo na formação de riqueza dessa entidade. Percentual inferior quando comparado com 2007. Nesse período, os insumos e retenções representaram 51,1% da riqueza da empresa.

Os índices apresentados, a seguir, demonstram uma inter-relação da DVA com outros demonstrativos contábeis. O Grau de Participação dos Empregados na Riqueza Gerada (GPERG) indica a contribuição per capita dos empregados de uma entidade na riqueza gerada. Embora o número de empregados tenha caído de 136 para 125, a riqueza gerada e distribuída por cada empregado aumentou em 1,11%. Cada empregado contribuiu em 2008 com R\$511 mil enquanto que em 2007 foi de R\$476 mil. O número de empregados foi obtido a partir do Balanço Social da empresa.

Os ativos contribuíram com 62,9% e 63,90% em 2008 e 2007 respectivamente. Isso significa que para cada R\$100 de Ativo a empresa conseguiu distribuir aproximadamente R\$63. É de se ressaltar que houve uma pequena redução para o ano de 2008 de 1%, mas a empresa demonstra equilíbrio na forma de utilização de seus ativos na produção de riqueza.

Finalmente, o potencial de capital próprio para geração da entidade informa que houve uma queda de 1,1% no ano de 2008 em comparação ao ano de 2007, demonstrando que para cada R\$100,00 de capital próprio investido, a empresa conseguiu gerar R\$94,50 de riqueza em 2007. Em 2008, para cada R\$100,00 de capital investido, a empresa conseguiu gerar R\$93,40 gerando um déficit neste ano de R\$1,40.

A análise, que ora se procederá, permite a visualização da participação de cada um dos fatores de produção no valor gerado e distribuído pela empresa. Os resultados estão destacados na Tabela 2.

TABELA 2 Distribuição do Valor Adicionado aos fatores de produção

COMPONENTES	Ano 2008		Ano 2007	
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
+ Pessoal	6.722	9,5	5.423	7,7
+ Impostos, taxas e contribuições	47.000	66,7	48.200	68,7
+ Remuneração de capital de terceiros	7.166	10,2	5.063	7,2
+ Remuneração de capital próprio	5.741	8,1	7.813	11,1
+ Depreciação e Amortização	3.826	5,4	3.625	5,2
= VALOR ADICIONADO BRUTO	70.455	100	70.125	100
(-) Depreciação e Amortização	(3.826)	(5,4)	(3.625)	(5,2)
= VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	66.629	94,6	66.499	94,8

Fonte: Adaptado de Cosenza (2003)

Observa-se que no ano 2008 os empregados da ENERGISA foram remunerados com R\$6,8 milhões do valor adicionado bruto gerado, o que correspondente a 9,5%. Sendo este monetariamente superior ao valor adicionado

gerado em 2007, os trabalhadores conseguiram aumentar sua participação percentual em 1,8% na riqueza criada pelas atividades da empresa.

Os credores financeiros ficaram com R\$7,2 milhões (10,2%), do valor adicionado aumentando sua participação em 3%, comparativamente a 2007, o que correspondeu a mais R\$2,1 milhões recebidos por sua contribuição ao valor adicionado. O inverso ocorreu com os acionistas, cuja destinação é representada pelos dividendos e lucros retidos. A riqueza distribuída para os acionistas em 2007 foi de R\$7,8 milhões e \$5,7 milhões em 2008 de forma que a participação foi reduzida em 3%. A redução desse valor corresponde à redução do resultado do período, evidenciada na Demonstração do Resultado do Exercício. Um dos motivos que poderia explicar essa redução é a crise global vivida a partir do segundo semestre de 2008. O que também poderia explicar o aumento da participação de terceiros frente à necessidade de captar maior volume de recursos para gerir suas atividades da empresa.

No exercício de 2008, o governo se remunerou com 66,7% do valor adicionado bruto gerado nesse período por essa companhia, recebendo R\$ 47 milhões, e apresentou um decréscimo no seu percentual de participação da ordem de 2%. Verifica-se que nos dois períodos que esse fator de produção é o que mais recebeu o valor adicionado pela empresa. A parcela que lhe coube é amplamente superior à soma dos valores distribuídos de todos os demais fatores de produção.

7 CONCLUSÃO

Embora as informações contábeis publicadas estejam alinhadas aos preceitos legais e societários, têm-se mostrado insuficientes para atender as novas necessidades empresariais e dos diversos usuários. As empresas estão diante da imposição do mercado e da sociedade de adotar sistemas de informação e comunicação de modo que a gestão interna e as relações da empresa com o seu ambiente seja mais arrojada e transparente.

Com as transformações produzidas pela globalização e a inclusão social cresceu o prestígio das companhias socialmente responsáveis, empresas que além da visão econômica se preocupam com a questão social. E para que sejam alcançados esses objetivos é imprescindível que as demonstrações contábeis sejam mais detalhadas e melhor adaptadas ao segmento de negócio da empresa. Neste contexto, as informações fornecidas à sociedade pela Demonstração do Valor Adicionado

permitem que esta tome as decisões adequadas no sentido de contribuir no processo de geração e de distribuição da renda no país.

A promulgação da Lei 11.638/07 em dezembro de 2007 passou a exigir das empresas uma postura transparente no que se refere à publicação dessas demonstrações contábeis. E mesmo que o valor adicionado seja negativo, pois não conseguiu remunerar a todos os fatores que ajudaram a criar a riqueza da empresa, os resultados divulgados na DVA são importantes no sentido de evitar que sejam tiradas conclusões impróprias.

Este trabalho procurou evidenciar a importância da Demonstração do Valor Adicionado como instrumento informativo da riqueza gerada e distribuída pelas organizações. Como mostrado, a DVA representa um excelente instrumento de análise, especialmente quando a análise é comparativa.

Por meio da DVA pode-se perceber como a riqueza criada foi distribuída. Assim, constatou-se que governo foi o fator que mais se beneficiou da riqueza criada pela Energisa, não fugindo, portanto, do estigma de que ele sempre fica com a maior parte. Evidenciou a participação dos demais fatores de produção e a evolução dessa participação de um período para o outro. Da evidenciação da distribuição da riqueza podem emergir avaliações sobre se a participação dos agentes na distribuição da riqueza equivale à sua colaboração na criação da riqueza.

Os fatores de produção integram os usuários da informação contábil. Como fatores de produção, esses usuários contribuíram para a criação da riqueza da companhia e através da DVA podem visualizar como a companhia os remunera por essa contribuição. Além disso, a DVA permite que a sociedade, outro usuário da informação contábil, conheça como a companhia contribui para a geração de riqueza, enfatizando o papel social e econômico da organização.

Além dos indicadores evidenciados pela análise, outros tantos poderão ser explorados ao se utilizar a DVA. Assim a DVA se mostra um instrumento importante no qual podem ser encontradas informações úteis e que não estão disponíveis em outras demonstrações contábeis. Amplia, portanto, o universo atingido pela contabilidade e tem a vantagem de ser facilmente interpretada.

Contribuições adicionais poderão ser obtidas ao se comparar empresas do mesmo setor. Embora esse tipo de estudo seja bastante realizado, não se tem conhecimento de comparação envolvendo a Energisa. Além disso, grande parte dos

estudos verificados foi realizada antes da publicação das demonstrações em conformidade com a Lei 11.638. As alterações propostas por essa lei e as alterações posteriores originadas pelos pronunciamentos contábeis poderão influenciar na criação e distribuição da riqueza de uma empresa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA *et al.* A utilização da demonstração do valor adicionado na análise da produção e distribuição de riqueza entre os *stakeholders*: um estudo de caso da Petrobras. RIC – **Revista de Informação Contábil**. v. 3, n. 1, p. 134-148, jan.-mar./2009. Disponível em: www.ufpe.br. Acesso em 15 de set.2009

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Resolução 444**. 26 de outubro de 2001. Disponível em: www.aneel.gov.br/cedoc/res2001444.pdf. Acesso: 23 set. 2009.

BRASIL. **Tópicos da Lei nº 11.638/07** . Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>. Acesso em 13 out. 2009.

COSENZA, José Paulo. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo, Edição Comemorativa, p. 7-29, out/2003. Disponível em: www.eac.fea.usp.br/cadernos. Acesso em 02 set.2009

CONGRESSO DE CONTROLADORIA E FINANÇAS / INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **DVA como ferramenta na análise de produção e distribuição de riqueza**: um estudo da Vale. 3º Congresso. Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/3CCF>>. Acesso em 10 out. 2009.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. **Demonstração contábil do valor adicionado** – DVA – um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários. 2002. 157 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FEA. São Paulo, 2002. Disponível em: <www.teses.usp.br>. Acesso em 09 ago. 2009.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Arioaldo dos. DVA: a demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo: USP, n. 37, p. 7-23, Jan/Abr. 2005.

DALMÁCIO, Flávia Zóboli; RANGEL, Luciene Laurett; NOSSA, Silvania Neris. **A Demonstração do Valor Adicionado sob uma nova perspectiva**. Disponível em:

www.fucape.br/_admin/upload/prod_cientifica/prod_67_a_dva.pdf. Acesso em 07 fev. 2009.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do Valor Adicionado**. 1991. f. 106. Dissertação f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FEA. São Paulo.

DE LUCA, Márcia et al. **Responsabilidade Social Corporativa**: um Estudo sobre o Comportamento das Distribuidoras de Energia Elétrica da Região Nordeste. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org>. Acesso em 20 de set. 2009

DI GIORGI, Wanny Arantes Bongiovanni. **O jornal como base de dados na iniciação científica de acadêmicos de ciências contábeis**. Disponível em: <http://www.alb.com.br/anaisjornal/jornal3/pdf/012a.pdf>. Acesso em 16 set. 2009.

DOLABELA, Maurício Melo. **Demonstração do valor adicionado**: um instrumento contábil para análise econômica das empresas multinacionais. Contabilidade Vista & Revista. Belo Horizonte, v.5, n. 1, p. 24-33, Fev. 1993.

ENERGISA. Disponível em: www.energisa.com.br. Acesso em 05 out. 2009.

FODRA, Marcelo. **Estudo comparativo do desempenho financeiro e social das empresas do setor elétrico brasileiro pós-privatização no período de 2000 a 2003**. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2007. Disponível em: www.serpro.gov.br. Acesso em 16 set. 2009.

IBASE. Disponível em: <http://www.ibase.org.br>. Acesso em 29 set. 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 286 p. 3ª. ed. São Paulo: Atlas. 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; Ernesto Rubens, GELBCKE. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**: aplicável às demais sociedades. São Paulo: Atlas, 2007.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **A Contabilidade medindo sua responsabilidade social**, 2005. Disponível em: http://www.gestaoambiental.com.br/maria_kraemer_pdf. Acesso em: 16 set. 2009.

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanço social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. César Eduardo Stevens. **Contabilidade Social**. 1999. Disponível em: <www.sebraepb.com.br:8080/bte/.../157_1_arquivo_csocial> Acesso em 28 mai. 2009.

KROETZ, César Eduardo Stevens, COSENZA, José Paulo. **Considerações sobre a eficácia do valor adicionado para a mensuração do resultado econômico e social**. Disponível em: www.ccontabeis.com.br. Acesso em 20 de set. 2009.

MACHADO, Esmael Almeida *et al.* Destinação de riqueza aos empregados no Brasil: comparação entre empresas estatais e privadas do setor elétrico (2004-2007). **Revista de Contabilidade e Finanças**, USP, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 110-122, mai./ago. 2009

MOREIRA, Heber Lavor. **Os Grandes Modelos Contabilísticos e as fronteiras da Contabilidade com a Economia, Finanças e Sociologia**. 2002. Disponível em: <www.peritocontador.com.br> Acesso em 29 set. 2009.

OFÍCIO CIRCULAR / CVM/SEP n. 01/00. Disponível em: <www.cvm.gov.br/port/.../oficios/ofcvm-sep01-00.asp> Acesso em 21 set. 2009.

PROJETO 3.741/2000. Disponível em: <www.abrasca.org.br/projetosdelei/EMENDAS_PL_3741>. Acesso em 9 out. 2009.

SANTOS, Hermes Mendes; ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. **Novos fatores geradores de riqueza na era do conhecimento: uma proposição estratégica**. Disponível em: <www.ead.fea.usp.br>. Acesso em 01 out. 2009.

SANTOS, Ariovaldo dos; HASHIMOTO, Hugo. **Demonstração do Valor Adicionado: algumas considerações sobre carga tributária**. Revista de Administração, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 153-163, abr./mai./jun.2003.

SOUSA, Antonio Rodrigues Silveira de; CHAGAS, Paulo César. **A demonstração do Valor Adicionado: conceitos e importância em uma empresa**. Ciências Contábeis da UCB. Disponível em: <www.contabeis.ucb.br>. Acesso em 23 jun. 2009.

SOUZA, Marcos Antonio de; CRUZ, Ana Paula Capuano da; MACHADO, Débora Gomes; MENDES, Roselaine da Cruz. Evidenciação voluntária de informações contábeis por companhias abertas do sul brasileiro. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 4, n. 4, p. 39-56, out./dez. 2008.

TORRES, Ciro. **Um pouco da história do Balanço Social**. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br>. Acesso em 25 de set.2009.

YAMAGUCHI, Cristina Keiko; MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **A Contabilidade num contexto de responsabilidade social e de meio ambiente**. Disponível em: <www.amigosdanatureza.org.br/noticias/358/trabalhos/197>. Acesso em 16 set. 2009.